

Senado participará de negociação da dívida

A negociação da dívida externa terá, de agora em diante, a participação de um representante do Senado Federal, escolhido na Comissão Especial do Senado para a dívida externa, segundo garantiu o presidente Sarney a sete dos nove senadores da comissão. Eles fizeram no gabinete presidencial sua primeira reunião de trabalho e ouviram do presidente que terão total acesso aos arquivos do Banco Central, do Itamarati e do Ministério da Fazenda, para investigar as causas e aplicações dos empréstimos externos que formaram a dívida de US\$ 108 bilhões.

O presidente disse, ainda, ao senador Ronan Tito (PMDB-MG), que as medidas de política econômica interna que o governo está adotando esta semana principalmente para forçar a queda dos juros, deverão reduzir as críticas dentro do país ao ministro da Fazenda, Dilson Funaro, presidente da comissão nomeada há 20 dias pelo Executivo, para negociar a dívida externa. Ao ouvir do presidente que ele estava otimista, pois essa comissão representaria a «profissionalização» do tratamento da dívida, por ser formada por diplomatas experientes em negociação, Tito argumentou, sem convencer o presidente, que as críticas a Funaro poderiam enfraquecer essa negociação.

Dificuldades

O país enfrentará «dificuldades imensas» na negociação da dívida, disse o presidente aos senadores, que ouviram dados preliminares sobre a situação do país. Sarney lhes disse que as reservas em moeda internacional estão estabilizadas em US\$ 3,4 bilhões, o mesmo nível em que ficaram após 15 dias da suspensão do pagamento dos juros aos bancos privados internacionais. Ele garantiu, ainda, que será atingida a meta para o saldo da balança comercial do país (exportações menos importações), de US\$ 8 bilhões este ano.

Aos senadores que lhe perguntaram se não estava sendo apenas otimista, o presidente argumentou que calcula encerrar o primeiro semestre com US\$ 2

bilhões de saldo, e que, no segundo semestre, sua assessoria econômica assegura ser possível obter mais US\$ 6 bilhões.

A Comissão do Senado para a dívida externa terá três tarefas, segundo seu presidente, senador Carlos Chiarelli: acompanhar «fiscalizando e assessorando, se isso for pedido» a negociação da dívida; realizar uma investigação sobre as causas e aplicação dos empréstimos externos; e, através de um seminário internacional, trazer personalidades do mundo político, econômico e diplomático, para obter apoio dos outros países à tese brasileira de negociação política da dívida. «Queremos trazer lideranças parlamentares dos governos dos países credores, porque a posição desses países se sustenta no Legislativo», comentou Chiarelli.

PDS interessado

Na conversa informal do presidente não faltou um comentário que surpreendeu os integrantes da comissão: seu vice-presidente, o senador Virgílio Távora (PDS-CE), fez questão de ressaltar que seu partido, onde se encontram os principais responsáveis pela contratação dos US\$ 108 bilhões da dívida, tem interesse na auditoria que o Senado pretende fazer. «A auditoria será muito boa para esclarecer a regularidade da dívida», comentou Távora. Membro da mesma comissão, Ronan Tito tem uma expectativa diferente: «Quando encontrarmos qualquer irregularidade; vamos botar a boca no trombone».

No mezanino do terceiro andar do Palácio do Planalto, à saída do gabinete presidencial, Chiarelli, Távora e o relator da comissão, Fernando Henrique Cardoso, marcaram sua próxima reunião: terça-feira, quando pretendem elaborar a lista das pessoas que serão convidadas a depor. «Na quarta-feira seguinte já falaremos com o ministro Funaro, para decidir se o convidamos, como presidente da comissão de negociação da dívida, ou se convidamos a própria comissão, para uma reunião conjunta», antecipou Chiarelli.